

MTN-DAT-01 · v1.1

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Documento público, publicado e permanentemente acessível no sítio Internet da Maternum

Data de entrada em vigor: 31 de agosto de 2026 (v1.1; em vigor desde 17 de agosto de 2026 na versão 1.0)

Ponto de contacto de proteção de dados: Renata Amorim (renata.amorim@maternum.pt)

1. OBJETIVO E ÂMBITO

Esta Política de Privacidade explica como a Maternum trata os dados pessoais de quem visita o seu sítio Internet, se inscreve na lista de espera, ou beneficia de uma consulta ou serviço prestado pela equipa. É o documento de referência: em caso de divergência com qualquer resumo entregue em momentos específicos — nomeadamente a Informação sobre o Tratamento de Dados Pessoais entregue nas consultas (MTN-DAT-05) ou a Política de Privacidade da Lista de Espera (MTN-DAT-06) — prevalece o texto aqui publicado.

2. QUEM É RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

A Maternum é uma marca comercial partilhada por quatro profissionais independentes — Diva, Sofia, Inês e Renata — sem personalidade jurídica própria; cada uma fatura individualmente a recibos verdes. Não existindo sociedade constituída, é este conjunto de quatro profissionais, em corresponsabilidade, que responde pelo tratamento dos dados, nos termos do Acordo de Corresponsabilidade pelo Tratamento (MTN-DAT-02, art. 26.º do RGPD).

Ponto de contacto para questões de proteção de dados: Renata Cristina da Silva Amorim, através do e-mail renata.amorim@maternum.pt.

3. QUE DADOS TRATAMOS, PARA QUÊ E POR QUANTO TEMPO

CONTEXTO	DADOS	FINALIDADE	PRAZO DE CONSERVAÇÃO
Visita ao sítio Internet	Dados técnicos mínimos de funcionamento do site	Disponibilizar o site e os seus conteúdos	Enquanto necessário ao funcionamento do site
Inscrição na lista de espera	Nome, e-mail, dados que a pessoa opte por partilhar	Contactar aquando da abertura das marcações	3 meses após a abertura das marcações (ver MTN-DAT-06)
Consulta ou serviço prestado	Identificação, contacto, dados de saúde da mãe/puérpera e do recém-nascido	Prestação, acompanhamento e continuidade dos cuidados	20 anos (processo clínico) — ver MTN-DAT-05
Registos de imagem (opcional)	Fotografia/vídeo mediante consentimento próprio	Documentação clínica ou divulgação institucional consentida	Até revogação do consentimento (ver MTN-LEG-04/05)
Faturação de serviços prestados	Identificação, NIF e dados de faturação	Cumprimento de obrigação legal (faturação e fiscalidade)	10 anos (artigo 52.º do Código do IVA)

4. BASE LEGAL

- Execução do contrato de prestação de serviços, para os dados necessários ao agendamento e realização dos cuidados (art. 6.º/1 b) do RGPD);
- Consentimento explícito, para os dados de saúde tratados no âmbito da consulta e para a inscrição na lista de espera (arts. 6.º/1 a) e 9.º/2 a) do RGPD);
- Consentimento específico e separado, para registos de imagem e para comunicações de marketing além da abertura das marcações (MTN-LEG-04 e MTN-LEG-05).

5. COM QUEM OS DADOS SÃO PARTILHADOS

Os dados não são vendidos nem partilhados com terceiros para fins comerciais. São acedidos apenas pelas profissionais da Maternum diretamente envolvidas e por subcontratantes que prestam serviços técnicos, cada um sujeito a acordo de tratamento de dados nos termos do artigo 28.º do RGPD, celebrado ou em fase de formalização consoante o fornecedor:

- ZAppy — plataforma de agenda e processos clínicos;
- Amen.pt — alojamento do sítio Internet e do correio eletrónico institucional;
- Notion — arquivo de documentos internos, que pode conter dados pessoais de clientes em notas administrativas (nunca fichas clínicas).
- Contabilista — faturação e obrigações fiscais; os dados de faturação são também reportados à Autoridade Tributária, no cumprimento de obrigações legais.

Não há transferência de dados para fora do Espaço Económico Europeu.

6. DIREITOS DO TITULAR DOS DADOS

A qualquer momento, pode:

- Pedir acesso aos dados que a Maternum tem sobre si;
- Pedir a retificação de dados incorretos ou incompletos;
- Pedir o apagamento dos dados ("direito ao esquecimento"), sem prejuízo do dever de conservação do processo clínico quando aplicável;
- Pedir a limitação do tratamento;
- Pedir a portabilidade dos dados;
- Opor-se ao tratamento, nos casos em que este não seja indispensável à prestação dos cuidados;
- Retirar o consentimento a qualquer momento, sem afetar a licitude do tratamento já efetuado até essa data;
- Apresentar reclamação junto da CNPD (Comissão Nacional de Proteção de Dados).

Estes pedidos são feitos através do e-mail renata.amorim@maternum.pt e são tramitados nos termos do Procedimento de Resposta a Titulares e Registo de Violações de Dados (MTN-DAT-07), com resposta no prazo de 1 mês, prorrogável por mais 2 em casos complexos.

7. SEGURANÇA DOS DADOS

A Maternum adota medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger os dados pessoais contra acesso não autorizado, perda ou destruição, incluindo o recurso a plataformas com contrato de subcontratação e a definição de um procedimento interno de resposta a violações de dados (MTN-DAT-07).

8. DECISÕES AUTOMATIZADAS

A Maternum não realiza decisões automatizadas nem definição de perfis com base nos dados recolhidos.

9. ALTERAÇÕES A ESTA POLÍTICA

Esta política pode ser atualizada sempre que haja alteração relevante aos tratamentos, subcontratantes, prazos ou fundamentos de licitude. A versão em vigor é sempre a publicada no sítio Internet, com a respetiva data de entrada em vigor indicada no topo do documento. Alterações significativas são também refletidas, no mesmo dia, no Acordo de Corresponsabilidade (MTN-DAT-02), no Registo de Atividades de Tratamento (MTN-DAT-03), na Avaliação de Impacto (MTN-DAT-04) e no Caderno de Consentimentos (MTN-LEG-03).